

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA

“Anais do I Encontro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe: cenários
linguístico-culturais contemporâneos”
07, 08 e 09 de novembro de 2013 - UNILA

FOZ DO IGUAÇU - 2016



ONTOLOGIA DA INFERIORIDADE TROPICAL: BUFFON E A *LEYENDA NEGRA* NO NOVO MUNDO.

Ricardo Gustavo Garcia de Mello¹

Resumo: Este texto tem por meta delinear a partir da leitura da obra *O Novo Mundo* de Antonello Gerbi as linhas gerais do pensamento Naturalista de Buffon que expressou no seu *corpus* teórico umas das afirmações basilares da nossa *leyenda Negra* ou do complexo de inferioridade natural legado às regiões Tropicais do Novo Mundo, sobretudo América Latina. Neste *corpus* teórico doutrinário está contido um conjunto de ideias forjadas no molde científico do naturalismo cuja proposição principal, reside no fatalismo geográfico dos trópicos, onde o clima e solo degeneram os homens. Contendo nesta proposição um *fundamento geográfico fatalista que constituem homens que são na sua essência inferiores*. Tal conjunto de ideias naturalistas aplicadas aos homens e sociedades do Novo Mundo funda uma concepção ontológica da inferioridade humana do ser tropical.

Palavras-chave: Ontologia geográfica, Espaço Vital, *Leyenda Negra*, Trópicos

Tópicos do artigo: No primeiro momento iremos traçar uma divisão entre o pensamento geográfico e a disciplina geografia, para mostrar a importância de pensar a geografia para além das categorias estanques. No segundo momento iremos reabilitar o conceito de espaço vital. No terceiro momento iremos abordar a teoria de Buffon a partir da Antropogeografia. No quarto momento iremos esboçar certas consequências da *Leyenda Negra* nos trópicos. E no último momento iremos realizar uma conclusão.

DISCIPLINA GEOGRAFIA E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO

O pensamento geográfico se ocupa de pensar a existência humana a partir da importância determinante do elemento geográfico na constituição da realidade, a realidade humana possui uma geografia que a determina.

O pensar geográfico não é a mesma coisa que pensar a geografia, porque este se distancia daqueles que concebem a epistemologia da geografia como um conjunto de procedimentos de ordem prática baseados nas disciplinas e agendas de pesquisa pautadas nas diversas conjunturas institucionais. Ou seja, o pensamento geográfico é muito mais do que uma questão da geografia enquanto disciplina e campo institucional. O pensar geográfico é contrário a afirmação: “A geografia é o que os geógrafos fazem dela”, tal afirmativa aceita as diversas práticas disciplinares abrigadas sobre instituições sem contestação. Além do mais é uma postura cômoda porque concilia todas as opiniões, evitando polemicas entre as

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em integração para América Latina PROLAM/USP

diferentes interpretações, fazendo com que o elemento geográfico enquanto fundamento da realidade, dei lugar para o relativismo “vale tudo”, onde o geográfico é uma questão de gosto, cada um tem o seu.

O pensar geográfico busca refletir sobre a definição do fundamento geográfico, como uma das determinações elementares constituintes do ser do homem e da sociedade. Logo o pensamento geográfico, é mais do que o relato de cursos e instituições que ministram geografia. O pensamento geográfico tem por característica refletir a geografia como dimensão da sobrevivência/existência dos homens e da sociedade numa ordem espaço-temporal, formada pela organização dos entes que coexistem, onde a localização das coisas e dos homens em geral, não se dá de modo aleatório, os homens e as coisas se ordenam por um motivo. Neste motivo contem o sentido da localização que distribui, distancia e aproxima homem, sociedade e natureza.

REABILITANDO O “ESPAÇO VITAL”

Para poder conceber o fundamento geográfico como uma das determinantes elementares constituintes do ser do homem e da sociedade. Temos que pensar numa definição de Espaço que esteja para além da sinonímia espaço igual a extensão corpórea. O Espaço tem um valor que não se esgota nas dimensões métricas. Por isto é importante reabilitar o conceito clássico “Espaço Vital” de Friedrich Ratzel um dos fundadores da geografia humana e da geopolítica. Quando reafirmamos que o “Espaço é Vital” pretendemos dizer que ele é vital porque ele é um elemento fundador da realidade, ou seja, uma das categorias da existência necessárias para a ação e cognição do mundo, porque nele está condita à localização, o lugar de onde pensamos e atuamos.

O Espaço é Vital não só porque ele é indispensável para produção e reprodução material da vida, realizando a circulação, distribuição e consumo, sem o qual a infraestrutura é impensável. A vitalidade do espaço não se caracteriza unicamente pelas dimensões geométricas. Nele estão contidas as possibilidades da existência das coletividades humanas para além de suas necessidades objetivas. O Espaço é um elemento constituinte no ato de cognição do mundo. Sendo uma das categorias ordenadora das coletividades humanas:

[...] o espaço surge-nos como categoria da ordem. Aquilo que permite verificar as localizações relativas dos entes entre si, e por sua vez sua distribuição, no conjunto de

suas correlações, coabitações e, por decorrência, suas codeterminações. Trata-se da categoria que nos remete à ordem das relações das coisas que co-existem. O entendimento dessa ordem equivale em pensamento a um sistema lógico [...]lógica que tem a dimensão concreta dessa mesma realidade. [...]a um espaço que compreende a dimensão da existência concreta das coisas em geral.” [MARTINS, 2007, p.37]

A vitalidade do espaço também responde as necessidades subjetivas, ele está presente na cosmovisão ou concepção do mundo, isto quer dizer que nele está contido as ideias e juízos de valor, que está coletividade faz de sí, faz de seus homens, e faz das outras coletividades.

Esta produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da Terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço. Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço [MORAES, 2005]

A partir do espaço que os homens, ou melhor, as coletividades determinam sua posição ou lugar no cosmos. O Espaço é também um atributo cultural, uma forma de ver e compreender o mundo, que está além da expressão material das coisas.

CONDE BUFFON E SUA ANTROPOGEOGRAFIA DA INFERIORIDADE

Publicada na Itália em 1955, a obra *O Novo mundo: história de uma polêmica de Antonello Gerbi* tornou-se uma referência para os pesquisadores que se dedicam ao estudo das formas de apreensão da natureza americana, ainda hoje são inúmeros os trabalhos que se reportam a tal obra. Pretendo a partir de Gerbi traçar um dos filamentos da tese da “debilidade” ou “imaturidade” das Américas que nasce por volta do século XVIII com o Conde de Geroges-Marie Leclerc Buffon, em suma Conde Buffon.

A tese de Buffon ao comparar Europa e América em diversos aspectos deduz que a natureza americana em sua totalidade, clima, solo, animais e o homem são inferiores.

Ao descrever o leão da America, ou puma, num lampejo pondero que o referido leão não é um leão, mas outra alimária, peculiar à América e não identificáve ao rei dos animais do Velho Mundo. Além de não possuir juba, também é muito menor, mais fraco e mais covarde que o verdadeiro leão. [GERBI, 1996, p.19]

Para Buffon os animais americanos por mais parecidos ou traços de similitude que guardassem com os animais do Velho Mundo, eram sempre menores e fracos. Outro caso que se pode anotar está descrição detalhada da inferioridade natural é quando ele compara o elefante com a anta brasileira.

Os elefantes pertencem ao Antigo Continente, e não existem no Novo [...] não se encontra ali nenhum animal que se compare a eles, seja pela dimensão, seja pela talhe. O único animal que se pode cotejar longinquamente ao elefante é a anta brasileira, mas a anta, maior mamífero da América, “este elefante do Novo Mundo” – escreve Buffon, com forte acento irônico, como se dissesse “esse” elefantúsculo americano – “tem a dimensão de um novilho de seis meses ou de uma pequeníssima mula”. É um bezerrinho, um jumento, um paquiderme de bolso.” [BUFFON, apud GERBI, 1996, p.19]

As conclusões que o Conde naturalista Buffon tira de seus estudos ao comparar os entes da América com os entes do Velho Mundo, os entes da América sempre saem na desvantagem. Uma destas conclusões que tira da natureza americana é: “a natureza viva é, portanto, bem menos ativa, bem menos variada, e podemos até dizer bem menos forte”. Este Novo Mundo de natureza débil é de uma inferioridade férrea onde nada vinga ou se desenvolve, mesmos os animais domésticos conhecidos no Velho Mundo e domesticados pelo Europeu ao ser introduzido no Novo Mundo, foram reduzidos sem exceção a anões.

Os cavalos, os asnos, os bois, os carneiros, as cabras, os porcos, os cães etc., todos esses animais, digo, tornaram-se menores, e [...] os que não foram transportados, mas lá chegaram por si mesmos, numa palavra aqueles que são comuns aos dois mundos, tais como os lobos, as raposas, os cervos, os cabritos monteses, os alces, são também consideravelmente menores na América que na Europa, e isto sem exceção alguma. [BUFFON, apud GERBI, 1996, p.20]

A observação que Buffon faz aos quadrúpedes e aos outros animais da América também se estende em regra para o Ameríndio:

O selvagem é débil e pequeno nos órgãos da reprodução; não tem pêlos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora mais ligeiro que o europeu, pois possui o hábito de correr, é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d alma: quanto à do corpo, é menos um exercício, um movimento voluntário, que uma necessidade de ação imposta pela necessidade: prive-o da fome e da sede e terá destruído simultaneamente o princípio ativo de todos os seus

movimentos;ele permanecerá num estúpido repouso sobre suas pernas ou deitado durante dias inteiros [BUFFON, apud GERBI, 1996, p.21].

O indígena é um débil, indolente e preguiçoso porque ele é o principal responsável por deixar a natureza se fazer imperiosa, se impondo ao todos os entes. Ele não faz esforço algum frente à natureza hostil, não se aplica ao trabalho para conseguir seu sustento, não domestica os animais ao seu redor, não se faz valer como homem, pois não responde aos desafios do meio.

Para Buffon a geografia determina as diretrizes do evolver humano, e a partir dela que os homens se engrandecem ou padecem.

Existe, portanto, na combinação dos elementos e demais causas físicas, qualquer coisa oposta ao engrandecimento da natureza viva neste novo mundo: há obstáculos ao desenvolvimento e talvez à formação dos grandes germes; os mesmo que, sob a doce influência de um outro clima, receberam sua plena forma e sua completa extensão, se restringem, se amesquinham sob este céu avaro e sobre esta terra desolada, onde o homem, em pequeno número, era esparso, errante; onde, longe de usar este território como um mestre ao seu domínio, ele não possuía qualquer impero; onde. Não tendo jamais submetido nem os animais nem os elementos, não tendo domado os mares nem direcionado os rios, nem trabalhado a terra, ele era, em si, somente um animal de primeira classe existia para a natureza apenas como um ser sem consequência, uma espécie de autômato impotente, incapaz de reformá-la ou auxiliá-la: ela o tinha tratado menos como mãe que como madrasta, recusando-lhe o sentimento do amor e o vivo desejo de multiplicar-se; pois, ainda que o selvagem do Novo Mundo possuía aproximadamente a mesma estatura do homem do nosso mundo, isso não é suficiente para que ele constitua uma exceção ao fato geral da apequenamento da natureza viva em todo estes continente. [BUFFON, apud GERBI, 1996, p.20-21]

Tal passagem do pensamento de Buffon é de suma importância porque nela está indicado o lugar que o homem ocupa no espaço, ou como este ser projeta sua existência no espaço. Os homens do Novo Mundo eram poucos e débeis, não puderam realizar a tarefa basilar que é constitutiva de toda sociabilidade humana, a tarefa de submeter a natureza hostil. Não souberam convertê-las ao seu benefício, ao contrario eles foram submetidos e vencidos pela natureza hostil. Não são capazes de dar respostas a altura do desafio imposto pelo espaço, ao invés de colaborar para o desenvolvimento e domesticação do espaço

manteve-se frente à natureza como elemento passivo, um animal entre muitos. Logo este homem não fez valer sua potencialidade humana, por isto este é um ser inferior em relação aos outros homens que desenvolveram seu potencial humano ao conseguir converter a natureza hostil ao seu benefício.

Em suma uma das máximas ontológicas de Buffon poderia ser resumida da seguinte forma: Se o homem não domestica o seu espaço este é domesticado por ele, logo ele se torna um animal entre outros.

Ratzel de uma forma distinta constata o diferencial entre o primitivo e o civilizado, a partir da capacidade que as coletividades têm de domesticar a natureza.

A denominação de povo primitivo não indica um povo que viva na relação mais íntima possível com a natureza, mas antes um povo que, se nos permite a expressão, vive sob o império desta. Ora, alguns etnógrafos sustentaram que o progresso da civilização não consiste senão em uma maior libertação do povo das condições naturais do território; ao contrário, podemos afirmar que a diferença entre povo primitivo e povo civilizado deve ser buscada não no grau mas no tipo de ligação que existe entre o homem e a natureza. [Ratzel, 1990, p.72]

Ratzel na sua Antropogeografia partiu da distinção entre o povo primitivo e o povo civilizado com base no tipo de vínculo existente entre o homem e a natureza e não no pressuposto de que a civilização como uns creem, se caracteriza pela libertação do povo das condições naturais do território que o circunscreve. Em Ratzel o adjetivo civilizado reside no fato da população saber “usar” melhor as condições naturais do seu território. Ou seja, saber domar e plasmar tudo aquilo que está ao seu redor.

Para este geógrafo a inteligência e a razão, permite ao homem desenvolver meios para domesticar e transformar a natureza, e não acredita na autonomia total do homem frente ao espaço, ele é um crítico do voluntarismo, daqueles que acham que por um mero ato de vontade se possa mudar a circunstância, e também é crítico dos fatalistas que acham que aquilo que está posto é um dado do destino, onde a ação humana não pode intervir, já que o homem é um mero autômato.

Everardo Backheuser resume tal relação entre a geografia e o agente humano da seguinte maneira:

A ação do espaço e da posição equivalem, afinal, - em conjunto, embora não dêmos o termo - à ação do solo e do clima. Esses fatores comprimem o terceiro agente geográfico: o homem, que por sua vez reage sobre os primeiros. [...] O homem não faz o que quer, embora tenha recursos fornecidos pela sua atividade intelectual para também - atuar sobre o meio.” [BACKHEUSER,1951, 343]

A Antropogeografia de Ratzel concebe relação homem e espaço baseada na correlação de dependência e determinação mútua, onde existe interação e reciprocidade entre homem e espaço, sendo o elemento qualitativo desta relação o homem, pois é ele que confere o adjetivo Vital ao Espaço. Por isto o termo que nasceu clássico “Espaço Vital”. Segundo Everardo Backheuser em sua obra A Geopolítica Geral e do Brasil constata que:

Na verdade, pouco importa a população absoluta ser pequena ou grande, ou a densidade demográfica ser alta ou baixa, se o povo é sem iniciativa, apático, indolente. O que retrata melhor o valor de um povo, em seu expansionismo, em sua tendência a conquistar espaço (logo, a romper fronteiras) é sem dúvida essa “força vital” em que insiste aquele autor (Mau) [BACKHEUSER,1952, p.155]

Para Backheuser a vitalidade de um povo não lhe é conferida pela simples quantidade numérica, mas antes pela disposição e iniciativa frente ao espaço que habita, é o estar disposto a conquistar, habitar e garantir seu território, é o que melhor retrata o valor de um povo, nisto está contido o vigor espacial. Logo podemos concluir que para Ratzel a civilidade é um traço qualitativo que separa os selvagens dos civilizados, dado pelo tipo de ligação entre o homem e a natureza, e não um dado natural de superioridade.

A antropogeografia de Ratzel ou em termos mais contemporâneos a geografia humana, estuda tudo aquilo que o homem acrescentou ou fabricou como território, ao transformar a superfície espacial. A geografia humana ou melhor a antropogeografia é simultaneamente antropológica e geográfica, ela nega pensar a existência do homem a par do globo terrestre e vice versa. Para ela é impossível pensar o espaço num tempo onde houvesse o globo antes da aparição do homem, o pensamento geográfico só existe onde houver superfície terrestre com retoques humanos. Pierre Defontaines em uma aula inaugural pronunciada na Escola de Belas Artes, 28 de abril de 1936, na Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro de 1937, transcrita no Boletim do Conselho Nacional de Geografia, Ano I, Junho 1943, Nº 3. Sugere que o PENSAMENTO é um dos fatores distintivos da geografia humana.

Com o homem chegou à Terra o pensamento e, como escreveu Pierre Termier, o maior acontecimento da história física da Terra não foi tal dobramento de montanha, por maior que seja, tal invasão marinha, mas sim, a chegada ao globo de uma esfera nova, além da pirofera, da hidrosfera e da atmosfera, ou seja a triosfera que se poderia chamar a esfera pensante.” [Defontaines p.14].

A triosfera é uma metáfora que realça a dimensão e importância singular que o pensamento humano tem para o espaço, lhe conferindo uma dimensionalidade a mais, que é de posse exclusiva do ser humano, conferindo a geografia o adjetivo humana. É o ato de pensar que distingue os homens das abelhas, aranhas e passaros. Não é atoa que os antigos davam a geografia, o nome de cosmografia.

A cosmografia é um corpo de ideias e valores que explicam o princípio do universo e seu desenvolver lógico a partir de um determinado pedaço de terra. A partir deste território se tentava explicar o princípio primordial que guarda o destino de seus habitantes e de toda a humanidade.

Os habitantes de um território capazes de projetar sua cosmovisão, são capazes de dar suas explicações sobre o globo, logo são portadores de geograficidade. A geograficidade nasce da co-existência/interação entre homem, meio e sociedade. Ela se forma no ato de apropriação objetiva e subjetiva do espaço, de modo que o homem funda uma descrição factual, axiológica e normativa do espaço, ou em termos simples a geograficidade surge quando o homem toma o espaço como fato, valor e norma. Assim fornecendo a ele aspectos ordenadores objetivos e subjetivos do pensamento e da ação, já que ele possui um conteúdo normativo capaz de orientar a ação do sujeito sobre a realidade.

Na consciência geográfica ou na geograficidade está contido um sentido de Localização:

A localização não deve aqui ser entendida estritamente a partir das coordenadas geográficas. “[...] significado do Sentido de Localização para o homem, que nos permitirá, finalmente, verificar o fundamento geográfico da essência do ser. Ou seja, é na localização que o ser se vê determinado por uma específica Geografia. É quando podemos ver a Geografia como categoria da existência. [...] o conteúdo da Localização remete à posição do homem dentro de uma estrutura relacional, dentro de uma estrutura de co-habitações, na qual a distância não é tomada em termos métrico-quantitativos, mas sim em termos da intensidade qualitativa da relação. [...] Assim, o Sentido de Localização representa para o ente sua “porta de entrada” para a Geografia a qual este pertence [...] É seu fundamento existencial [...] É aí nesse meio geográfico que o homem encontra o seu sentido de localização ou à consciência geográfica.” [MARTINS, 2007, p.48-49]

DILEMA DA LEYENDA NEGRA NOS TRÓPICOS

Um dos dilemas da América latina que constitui ainda um núcleo de preocupações e indagações recorrentes em nosso pensamento reside no desafio posto pela sua natureza

tropical “Somos capazes de engenhar uma civilização nos trópicos” [FREYRE, 1978]. Tal desafio reclama uma resposta sem precedentes históricos, que não pode se apoiar totalmente em modelos prontos. A busca por dar uma resposta à altura dos desafios do meio tropical nós persegue desde o descobrimento. Uma destas problemáticas recorrentes posta pelo desafio civilizatório se expressou na história latino-americana como necessidade da Emancipação Política frente a Leyenda Negra da inferioridade natural .

Grosso modo esta leyenda explica o caráter geral das nações por um único conjunto de fatores ou causas naturais que permitem apreender os determinantes do desenvolvimento de cada povo. Este conjunto de fatores naturais são o meio e o clima, através deles se dividia os meios espaciais da virtude dos meios espaciais dos vícios. De um lado as sociedades virtuosas dos melhores homens do outro lado às sociedades onde impera os vícios humanos. Ou em termos simples uma doutrina ideológica que impossibilitava à emancipação e civilidade dos povos americanos por residirem em ambiente hostil ao desenvolvimento das espécies animais e humanas, pois nestes ambientes existem obstáculos que impedem o desenvolvimento dos germens da virtude, nestas terras tudo degenerava e só prosperava os vícios. E a necessidade vital da Emancipação política se expressava neste contexto através das práticas e discursos que pela negação de tal doutrina ideológica reconheciam a igualdade cívico-política das terras tropicais em relação às outras terras do globo.

Esta busca pela igualdade cívico-política é uma das demandas irrevogáveis que a construção da civilização tropical nos impõe como necessidade vital sendo o primeiro obstáculo a ser superado a leyenda negra ou complexo de inferioridade natural. Obstáculo que reduz o trópico a um conjunto de terras selvagens e de gentes degeneradas, retratando nossa natureza como berço da barbárie, o “não-lugar” da civilização.

Se não for superado o obstáculo da inferioridade natural que impuseram à nossa natureza, a ideia de desenvolvimento humano se torna algo impensável.

Dentro desta doutrina ideológica a vida moral e a felicidade dependiam do acaso e da natureza. Aqueles que nasciam em lugares temperados e frios eram destinados à virtú e aqueles que nasciam em lugares tropicais eram destinados a perecer nos vícios, não havendo aos seres que lá residissem à possibilidade de vida em harmonia com os princípios da civilização. Só os ambientes dos lugares temperados ou frios tinham a garantia de estarem no patamar da moral, os outros espaços ou eram imorais ou amorais.

A natureza do meio geográfico ou do território era a causa que regia o universo e presidia os demais eventos humanos. Caso o sujeito agisse em oposição a este princípio estaria fadado ao fracasso. O meio geográfico determinava o caráter dos povos, separando os inferiores dos superiores. Ou em termos simples separava os homens de virtude dos homens de vício.

Pela geografia se operava uma taxonomia do caráter humano baseado na descrição do espaço e clima como fatores determinantes que classificava e separava os seres humanos em superior e inferior.

Tal leyenda negra ou complexo de inferioridade natural não só impossibilitava um viver virtuoso nos trópicos como também negava a concepção de homem embasado no livre arbítrio, reduzindo as ações do homem ao fatalismo do meio. O viver moral consistia num viver segundo a ordem natural das coisas, o ser feliz dependia unicamente de um espaço e clima adequado. Assim a sociabilidade humana é reduzida a um impulso natural consequente da interação ambiental, como acontece com os animais.

Dentro da lógica da Leyenda negra ou do complexo de inferioridade natural o conteúdo da virtude não é informado pelos princípios da razão ou exemplos das ações perfeitas, a virtude nesta legenda é modelada pelo meio natural. A ordem natural era a ordem de qualquer obra humana, diante dela qualquer feito humano não passava de uma realização pálida e modesta.

Em suma tal legenda de inferioridade não só desqualifica o meio tropical, mas também aprisiona e incapacita o homem diante da natureza feita senhora toda poderosa das ações humanas, um tipo de determinismo fatalista que não abriu margem ao arbítrio ou escolhas.

Nesta leyenda a relação do homem com o meio e do mesmo tipo da relação do cão com a carroça. Este apressamento do homem ao meio contido nesta leyenda não só negava aos trópicos a possibilidade de sua civilidade, mas também negava a concepção de homem como ser plástico capaz de transformar o meio e a si. Sem esta concepção de homem como um ser capaz de plasmar, as decisões dos atores sociais não teriam peso histórico, o que teríamos era a pura causalidade onde causas naturais explicam todos os demais acontecimentos. Ao aceitar que todas as criações e progresso do homem – a religião, artes, filosofia, ciência e mesmo a cultura são produto ou subproduto de uma lei natural, seria aceitar um fatalismo geográfico. Neste fatalismo todo o cabedal ou bens materiais,

intelectuais e morais do homem derivam do meio natural. Dentro desta chave explicativa é a natureza que dita o progresso social.

Como que se a historia fosse regida não pelas ações humanas, mas pelo o acaso ou fortuna, onde a atitude dos homens de virtú não podem fazer nada, todos somos guiados pelas forças do acaso.

A Leyenda Negra ou complexo de inferioridade natural ganha sua aplicabilidade na Europa com a descoberta do Novo mundo. A descoberta do Novo mundo é um acontecimento excepcional e irrepetível, a constatação de uma existência particular de Natureza e de Homem, é uma Revolução espacial que inaugura a consciência planetária base da modernidade. [Ver SCHMITT]

Esta ampliação do senso de espaço resultante da descoberta do Novo Mundo abalou os quadros de referencia mental do Velho mundo, abrindo um período de revisão profunda das suas representações tradicionais de fronteiras e ordenação social. Tal acontecimento para Carl Schmitt da inicio a época moderna tendo uma importância sem comparação na historia. O hoje tal feito seria comparável ao encontro de seres extraterrestres em Marte. Por isto o desvelar de um Novo mundo não foi só um alargamento do horizonte geográfico, mas uma alteração profunda na consciência do homem.

Neste período o Estado era o único parâmetro de ordenação e mensuração político-jurídica e institucional do Espaço. Nos espaços onde não existiam Estados não havia nem leis e regulações o que havia era um espaço livre destinado a apropriação.

Não havendo uma autoridade estatal ou parâmetro de ordem no Novo Mundo, dada à ausência de uma instancia arbitral comum, neste espaço prevalecia a Vontade do mais forte. A própria separação entre o Novo e o Velho Mundo é pensada a partir de uma clara distinção entre um espaço que é regulado pelo Direito e outro espaço liberado para arbitrariedade sem restrições jurídicas. Neste mundo além do mar a violência corre frouxa, sendo o espaço tropical o livre campo de luta para apropriação dos seus recursos materiais e humanos. Por isto muitas vezes tal natureza tropical é retratada como opulenta tendo espaços livres e infinitos a serem explorados.

Esta ideia de espaço ilimitado à exploração, só é bem vista do ponto de visto econômico, onde predomina as categorias de entendimento da rentabilidade, mas do ponto de vista societal e político tal ideia de espaço tem um viés inteiramente negativo, é o lugar onde impera a vida dos homens sem escrúpulos onde reina todas as vicissitudes humanas,

imperando o ócio e a luxúria. Espaço impossível de conceber uma ordenação social porque nele as ações humanas não são motivadas por virtudes, mas por intenções viciosas.

Onde não há virtude não há sociedade e muito menos política que seja concebida como aperfeiçoamento da vida em comum. Só há um mundo de vícios onde predomina a vontade do mais forte, a cobiça, o ócio e a luxúria.

Um espaço destinado a mera exploração econômica não pode constituir um espaço para configuração de uma comunidade política, porque as associações sociais se esgotam em motivos puramente econômicos. Para Weber e Carl Schmitt não é possível constituir a partir da esfera econômica uma ordem concreta e efetiva.

O único significado que o espaço tropical têm é o do sentido da colonização, onde sua vocação no plano mundial é a de ser uma empresa comercial destinada a ter seus recursos naturais drenados, a velha lógica da busca por espaço virgem para ser explorado em proveito do comércio europeu, como que se nossa essência fosse fornecer açúcar, tabaco, algodão, ouro e café e nada mais do que isto. Um espaço voltado para fora destinado apenas a exploração e drenagem dos seus recursos onde o povoamento não é possível, porque neste meio uma coexistência humana normativa, pautada na virtude moral é impensável, neste ambiente só é possível exercitar os vícios. O objetivo deste espaço está voltado para atender as necessidades do mercado, não se voltando as necessidades materiais e espirituais de suas populações.

Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso em oposição ao que denominaremos de economia “nacional”, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. [PRADO JR. 2006, p.270]

De acordo com o que foi exposto acima as formas morais de agir só são possíveis em países de clima e espaço diferente do tropical, o lugar tropical é um ambiente contraposto ao ambiente da vida moral. Nos trópicos os imperativos são a cobiça, a luxúria e o ócio. Neste ambiente opera os desejos mais vis. Onde só se podem viver uma vida de desregramento, devassidão, lascívia e caprichos.

Este determinismo negativo impedia a possibilidade dos trópicos apresentarem homens virtuosos que dirigem a sua ação para a criação de uma comunidade política.

Porque se as condições do clima e espaço fazem os homens desiguais e desiguais estes permanecem em inteligência, valor e capacidade de absorver e criar cultura. Independente da história e origem racial, o meio natural tudo determina. A posse de virtude ou a virtuosidade não dependia do talento, mas do meio natural onde o homem vive, os países de gênero tropical são por sua natureza viciosos, enquanto os países de gênero frio e temperado são por sua natureza lugares propensos a virtude.

O termo virtude contém em si vários adjetivos positivos que são expressos em relação de negação à tudo que significa vício, a virtude significa ao mesmo tempo, coragem, mérito, força de vontade, virilidade e caráter. Designa também os homens modelares cujos feitos servem de exemplo para os outros homens, por serem atos pautados nas faculdades da perfeição. A virtude é aquilo que se encontra nos melhores, sem esta qualidade não pode haver uma comunidade política.

O homem virtuoso só podia existir onde se pudesse aceitar a ideia do homem como ser plástico que busca a perfeição. Isto não é o mesmo que aceitar o voluntarismo idealista, que pensa que o homem pode fazer o que quiser e ter todos os seus desejos realizados num mundo sem limitações e desígnios. O homem virtuoso é um sábio ciente do seu campo de ação, sabendo o lugar que pode atuar para modificar as relações humanas.

Sem a possibilidade histórica de fornecer um ambiente que produza homens virtuosos, não há possibilidade de uma comunidade política. Mesmo o colonizador crioulo, filhos da metrópole e brancos, ocupando a escala mais alta de fruição de posses na colônia, detendo privilégios legais e administrativos dados pela sua cor e bens, eles não podiam se tornar homens de virtude, pois neste lugar todos os homens estavam fadados ao reinado dos vícios, já que suas vontades não podiam influenciar de modo efetivo tal fatalismo geográfico que os predestina a cobiça, ócio e luxúria.

Logo a tese da seleção dos melhores ou de uma Elite política neste ambiente natural é impensável porque não pode haver indivíduo com a posse da virtude ninguém é bom nesta sociedade, o bem reside em naturezas distintas da nossa. A posse da virtude só pode residir em países de clima frio ou temperado, porque o bem é de sua própria espécie. Aqui residem os piores homens e não os melhores homens cujos feitos podem servir de exemplo aos seus

concidadãos. Nada que é feito aqui pode ser modelo aos outros povos e se quer podemos transplantar os modelos de fora porque aqui tudo degenera.

A possibilidade para um ambiente moral onde possa imperar as virtudes começa a se abrir a partir do ressentimento antilusitano e antihispanico. Este ressentimento não constituía um movimento nacionalista, mas um arraigado sentimento local, um nativismo. O nativismo representa uma forma de patriotismo local e de ressentimento da metrópole comum no Novo Mundo e não um nacionalismo no sentido de ser um movimento político que só veio a ter força nestas terras no século XX, enxergar neste nativismo uma forma de nacionalismo é fazer uma leitura anacrônica da historia, como se havíamos sido sempre nacionalista.

O sentimento de pertença ou de “gosto pela terra” já se exprimia em alguns textos de cronistas do final dos anos Quinhentos que expressava a superioridade dos recursos naturais da colônia. Exemplos são as obras Tratado Descritivo do Brasil (1587) de Gabriel Soares de Sousa e História do Brasil (1627) de Frei Vicente do Salvador, cada texto ao seu modo inspiram “o gosto pela terra” ao mesmo tempo em que mostram um contraponto a Leyenda Negra.

Tal constrangimento geral imposto a todos os homens que residam nestas terras, dado pela leyenda Negra ou complexo de inferioridade, gerou um ressentimento em relação à metrópole e um sentimento arraigado de apego a terra, forjando uma identificação real e mística entre brancos, índios e negros no Espaço, que serviu para igualá-los porque todos apesar de seu sangue e cor, lá residiam, ambos viviam no mesmo espaço por isto partilhavam de um Destino comum.

CONCLUSÃO

Os trópicos durante muito tempo foram concebidos como um espaço onde seria impensável se ensaiar qualquer organização humana, um espaço onde a natureza humana não vingasse, pelo contrario ela degenera. O termo tropical estava associado há muito tempo a todos os tipos de entraves ao desenvolvimento humano e limitações.

A geografia tropical modelava as populações, imprimindo-lhe marcas indeléveis que o tempo não pode apagar. Predestinando estes homens a um destino infeliz. Tal fatalismo geográfico ou pessimismo é bem resumido pelo Everardo Backheuser

Aceitamos com resignação e fatalismo o que nos cai sobre a cabeça, seja bom ou seja mau. Cansamo-nos se fazemos qualquer esforço físico ou intelectual; não temos, como disse Guerra Junqueiro para Portugal, “a energia de um coice”. Achamos que “isso” vai mal, vai muito mal, mas nos curvamos, submissos e covardes, esperando de Deus a solução dos problemas. O “time is money” dos ingleses traduzindo pelo “tem paciência, meu filho, volta amanhã”. Dêsse estado d alma não é culpado o homem, Cada qual sabe qual é o seu dever mas não consegue cumpri-lo porque porque não pode. Somos um produto de nosso meio físico e principalmente do nosso clima, como lá diz a frase de Ratzel que tomei para epigrafe dêste artigo. “Cada povo traz em si a marca que a sua terra lhe imprime. Um dos característicos dêsse estado d alma coletiva proveniente do ambiente físico é a nossa inconstância, a nossa imprevidencia e a nossa inseqüência. [BACKHEUSER, 1951 ,p.342]

Limitações não somente associadas ao clima, vegetação e solo, tais entraves se ligavam a tudo que residia nos trópicos, sejam eles animais ou homem, tudo que habitava este espaço degenerava, a natureza espacial tropical é um dado de degenerescência. Tal visão fatalista do Espaço era tão forte que qualquer tentativa de implantação de populações, instituições, modos de vida e valores, neste meio degenerava, sendo o espaço uma condição natural adversa a qualquer organização social, sendo por isto incapaz de nele se produzir grandes obras.

A vicissitude do meio impede o desenvolvimento do caráter, logo torna impossível a formação de uma comunidade política. O trópico por muito tempo na historia só era compreendido como espaço colonial, um lugar cuja vocação natural é ser explorado, seus recursos foram feitos para serem drenados, pelas grandes potencias. Neste espaço o empreendimento metódico e racional da vontade coletiva, por mais enérgica que fosse não é capaz de construir uma sociedade, porque nele só vinga a colônia de exploração, neste espaço a colônia de habitação é impensável. Num espaço onde só persiste a exploração a organização social não pode vingar.

Com o evoluer histórico do nosso sentimento de autodeterminação, o trópico para os criollos deixou de ser um simples lugar de recursos naturais e humanos abundantes e passou-se a cultivar dentro de si formas de existência objetiva e subjetiva, contendo nelas uma construção material e cultural, uma forma de ver e compreender o mundo que lhe é própria. Em suma a Geografia tropical torna-se um dos fundamentos elementares constituintes do ser do homem e da sociedade latino-americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACKHEUSER, Everardo In: **boletim geográfico ano ix**. Julho de 1951 Nº 100
- BACKHEUSER, Everardo. **A Geopolítica Geral e do Brasil** .Biblioteca do Exército, RJ, 1952
- BOLÍVAR, Simon. **Escritos Políticos**. Tradução de Jaques Mario Brand. Campinas: Editora da Unicamp, 1992
- BONFIM, Manuel. **América Latina. Males de Origem**. São Paulo: Topbooks, 2005
- GERBI, Antonello. **O novo mundo: história de uma polêmica: 1750 - 1900**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1996.
- FERREIRO, Oliveiros S. **Nossa América**, Indoamérica, São Paulo; ed. USP, 1971.
- FREYRE, Gilberto. **Nôvo Mundo nos Trópicos**. São Paula: Brasiliana, 1971
- IANNI, Octavio. **A questão nacional na América Latina**. Estud. av., São Paulo, v. 2, n. 1, Mar.1988
- MARTI, José. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica Trajber. São Paulo: Hucitec, 1991
- MATTOS, Carlos Meira. **Geopolítica e Trópicos**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984
- MARTINS, E. R. . **O Fundamento Geográfico do Ser**. Geosp, v. 22, p. 33-45, 2007.
- MARTINS, E. R. **Pensamento Geográfico é Geografia em Pensamento**. In: Ângela Massumi Katuta, Deise F. Ely, Eliane T. Paulino, Fábio C.A. da Cunha, Ideni T. Antonello. (Org.). Geografia e Mídia Impressas. 1 ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 5ªed. São Paulo:Annablume, 2005
- PRADO JR. Caio . **Historia Econômica do Brasil** . 23ed. Brasiliense, 2006
- RATZEL, Friedrich. **Antropogeografia**. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (org). *Ratzel*. Editora Ática: São Paulo.1990
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo, ou, Civilização e barbárie**. Tradução de Sérgio Alcides. São Paulo: Cosac Naify, 2010
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. ed. Belo Horizonte, Del Rey, 2008
- TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Versão Ebooksbrasil, 2002
- VIANA, Oliveira. **Populações meridionais**. Brasília: Senado Federal, 2004.